

A LITERATURA EM CORDEL DE AURITHA TABAJARA COMO POTENCIALIZADORA DO APRENDIZADO NO AMBIENTE PEDAGÓGICO

Anyelle Gomes da Silva
(Universidade do Estado da Bahia)

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA	
<p>Anyelle Gomes da Silva é Mestranda em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia na linha de pesquisa Literatura, Produção Cultural e Modos de Vida. Graduada em Letras Língua Portuguesa e Literaturas também pela Universidade do Estado da Bahia e Especialização em Linguagens e suas tecnologias na educação básica pela Universidade Federal do Piauí. Integra o Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão: Matrizes Antropofágicas e Educação (GPEMAE-FACED-UFBA). E-mail: anyelle.gomes@hotmail.com</p>	
RESUMO	ABSTRACT
<p>A função desse artigo é evidenciar a potencialidade da escrita em cordel de Auritha Tabajara para um processo de aprendizagem que preze a diversidade, ancestralidade, memória dos povos originários no Brasil, através da literatura no ambiente pedagógico. Trazendo à tona os estudos de Cruz (2012), Foucault (1999), Santiago (2022), é proposto uma reflexão a respeito das dinâmicas escolares, evidenciando como os processos oriundos do neoliberalismo, disciplinam corpos que podem ser atuantes na construção de um conhecimento desestabilizador do político absoluto e comunal. Há algumas décadas, indígenas preocupados em utilizar a escrita como uma arma capaz de reverter situações de conflito, denunciar abusos internos e externos e ressignificar a história de apagamento e genocídio, revelam que a literatura é, verdadeiramente, um novo instrumental utilizado pela cultura para atualizar a Memória ancestral (MUNDURUKU, 2012). Dessa forma, torna-se sensato trazer à cena a cordelista Auritha Tabajara: uma mulher indígena, escritora, contadora de histórias, produtora de saberes, a qual possui potencialidade para atuar como intermediadora no processo de formação intelectual, social e humana do sujeito, pois é urgente a inserção de tais epistemologias no ambiente pedagógico, a fim de descolonizar, democratizar e desmercantilizar a educação colonialista, que ainda perpetua nas escolas de educação básica brasileiras.</p>	<p>The function of this article is to highlight the potential of Auritha Tabajara's cordel writing for a learning process that values the diversity/ancestry/memory of the original peoples in Brazil, through literature in the pedagogical environment. Bringing to light the studies of Cruz (2012), Foucault (1999), Santiago (2022), a reflection on school dynamics is proposed, highlighting how processes arising from neoliberalism discipline bodies that can be active in the construction of knowledge destabilizing of the absolute and communal politics. For some decades now, indigenous people have been concerned about using writing as a weapon capable of reversing conflict situations, denouncing internal and external abuses and giving new meaning to the history of erasure and genocide, revealing that literature is, truly, a new instrument used by culture to update the Ancestral memory (MUNDURUKU, 2012). In this way, it makes sense to bring to the scene an indigenous woman, writer, storyteller, producer of knowledge, who has the potential to act as an intermediary in the process of the subject's intellectual, social and human formation, as it is urgent to include such epistemologies in the pedagogical environment, in order to decolonize, democratize and decommodify colonialist education, which still perpetuates in Brazilian basic education schools.</p>
PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
Ambiente pedagógico; Auritha Tabajara; Descolonização; Educação colonialista.	Pedagogical environment; Auritha Tabajara; Decolonization; Colonialist education.

1 SITUANDO A TEMÁTICA: A ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO DE APAGAMENTO DOS SABERES ORIGINÁRIOS

Discorrer sobre a temática escolar é abordar questões complexas que extrapolam o ato de ensinar. Quando se fala sobre o assunto é inevitável pensar sobre o ambiente pedagógico, os sujeitos que ocupam esses espaços, as metodologias de ensino adotadas na educação básica brasileira, as estruturas as quais a escola se sustenta, como também os desafios enfrentados por docentes, que acreditam no processo de ensino aprendizagem para além de estratégias mecânicas e engessadas utilizadas como universais, responsáveis pelo desinteresse dos estudantes, sobretudo, pela escrita e leitura.

Há décadas existe uma preocupação de muitos estudiosos e pesquisadores, em investigar o porquê do aumento significativo de evasão escolar, apesar das inúmeras reformas curriculares. Um estudo realizado por Cruz (2012), aponta que os ideais neoliberais são fatores preponderantes para que as práticas pedagógicas utilizadas nas escolas desconsiderem estratégias que estimulem o senso crítico, pois subestimam os sujeitos em seus aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, em um contexto marcado por desigualdades estruturais, na tentativa de ocultar o posicionamento político e ideológico dos que a professam e defendem.

Isso ocorre, por meio de instituições estatais que viabilizam a mercantilização da educação, buscando meios para acompanhar os avanços causados pelo processo de globalização. O neoliberalismo é entendido como uma prática político-econômica que “propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (Harvey, 2011, p. 12). Na educação, tal lógica se manifesta através do ensino tecnicista/profissional, que propicia uma formação pautada na individualidade, competitividade e inserção do sujeito no mercado de trabalho como objeto do sistema capitalista.

Nessa perspectiva, Cruz (2012) discute como a escola, com seus preceitos neoliberais, trata a literatura de maneira insignificante e despolitizada, desconsiderando as subjetividades e coletividades presentes nas salas de aulas, além de excluir do texto a potencialidade de aquisição do conhecimento valorativo. Para ela, a estrutura escolar é constituída de modo operacional, baseada nos preceitos mercadológicos, em que o professor desempenha um papel de possuidor do saber e o estudante o consumidor desse saber. Saber esse, impregnado pelo olhar ocidentalista, patriarcal, eurocêntrico, que busca incansavelmente silenciar as vozes dos sujeitos integrantes de uma sociedade plural, carregada de diversidades.

O ensino da literatura na educação básica, em grande parte das vezes, despreza qualquer aspecto cultural, identitário, epistêmico que um texto pode carregar. O que ocorre é uma disciplinarização de todos os aspectos que envolvem a educação, os quais o fazer literário se resume a abordagem das escolas literárias, autores, obras canônicas, revelando os aspectos da ideologia dominante, de modo a causar o desinteresse e o distanciamento dos estudantes por todos os aspectos que compreendem o literário.

Enquanto educadora me chama a atenção o pensamento hegemônico entranhado em dinâmicas escolares, visto que a maioria das escolas brasileiras elitizam a literatura, colocando-a em um campo simbólico fechado, que acaba por culminar em uma teoria do silenciamento, impedindo abordagens literárias significativas no processo de formação intelectual e leitora do sujeito. Trazendo à tona o pensamento de Foucault (1999), penso que a educação funciona como um aparato do Estado na tentativa de docilizar os corpos ali existentes. Isto é, por meio de estratégias disciplinadoras, moldam o sujeito para agir conforme o sistema deseja, sendo úteis em termos econômicos e dóceis em termos de obediência, ou seja, “o corpo dócil é tão obediente quanto produtivo” (Foucault, 2001, p. 191). Os corpos docilizados nas escolas são ensinados a desconsiderar as vivências, as epistemologias que circundam seus cotidianos, as multiplicidades sociais, sendo preparados para atuarem no mercado de trabalho, como máquinas que atendem a determinadas funções, adequando-se as demandas capitalistas.

No entanto, nos espaços escolares, sobretudo nas escolas públicas, existem os corpos chamados por Ana Rita Santiago (2022) como corpos (in)dóceis. São esses corpos que transfiguram e enfrentam o poder coercitivo de dominação, simplesmente pelo fato de existirem e resistirem a tantas formas de apagamento e silenciamento proferidas pelo sistema opressor e capitalista. A presença desses sujeitos nos ambientes pedagógicos obriga o Estado a pensar e desenvolver políticas públicas que garantam uma qualidade na educação, bem como a inserção das temáticas insurgentes, outrora silenciadas por práticas pedagógicas tradicionalistas.

Muitos documentos, no tocante a legislação educacional, já foram desenvolvidos com o intuito de tornar mais humanizada e inclusiva a educação brasileira, porém é nítido que a formulação de Diretrizes, Leis, Decretos, não torna eficiente a prática significativa do fazer literário nos ambientes pedagógicos. Exemplo disso é a implementação da lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura dos povos indígenas nas instituições de ensino público e privado do país. Após 15 anos desde a criação da mencionada lei, ainda se observa seu não cumprimento, o que repercute na ausência do ensino da literatura indígena na educação básica.

Sendo assim, não buscarei aqui discutir sobre as causas dessa lacuna, e sim o oposto, dar visibilidade a potencialidade das produções de autoria indígena, a saber os

escritos da cordelista indígena Auritha Tabajara. O objetivo é revelar a literatura indígena como forma de aprendizado intercultural, que tem o poder de desmistificar o olhar estereotipado que recaem sobre esses povos por tantos séculos, além de demonstrar as epistemologias indígenas como possuidoras de saberes ancestrais, imprescindíveis para a formação da identidade nacional.

2 UM BREVE PERCURSO SOBRE AS PRODUÇÕES INDÍGENAS

O processo de colonização que acometeu os povos indígenas por tantos séculos em nosso país, construiu a imagem estereotipada de indivíduos incapazes de produzir sentidos relevantes para a sociedade. Marcados por inúmeras formas de violência, subjugação e marginalização, estes povos buscaram – e buscam – estratégias de sobrevivência e (re)afirmação de suas subjetividades e coletividades. Com isto, nota-se os esforços do Estado brasileiro em aniquilar tais populações originárias, tratando-as como inferiores, desqualificando seus saberes e tomando como referência a história contada pelo olhar do colonizador, na perspectiva ocidentalista e escravocrata, a qual ainda perpetua nos espaços pedagógicos escolares.

Destarte, conforme aponta Oliveira e Freire (2006), a história dos indígenas não deve ser vista apenas através do elemento da barbárie e dominação, pois esses povos sempre ofereceram resistência aos exploradores de seus territórios, os confrontando e resistindo a aculturação, ao apagamento e a domesticação. Ao contrário do que o senso comum pensa, a luta indígena não era só utilizando a força e violência, o movimento de manter vivaz as suas culturas de geração em geração, por meio das narrativas orais, nos mínimos pedaços de terra que lhe sobravam, foi extremamente significativo para que hoje se constituísse um movimento pan-indígena e, conseqüentemente, uma literatura de autoria indígena.

Foi na década de 1970, na infâmia da ditadura civil-militar, que a indígena e escritora Eliane Potiguara se apropriou do poder da linguagem escrita como manobra de resistência contra a estrutura genocida. Seu primeiro livro *A terra é a mãe do índio*, produzido em 1975, mas publicado somente em 1989, após a constituição de 1988, foca no cotidiano do indígena, as culturas, danças, lendas, línguas, e formas de resistência, ao mesmo tempo que denuncia os martírios que acometiam esses povos.

A partir dessa década textos de autoria indígena passaram a ser produzidos, inauditamente, contando a narrativa dessas populações na perspectiva dos próprios povos indígenas, contrariando as versões eurocêtricas empregadas como um recurso, quase sempre eficaz, de anulação da diversidade. De lá para cá, o banquete de escritos de autoria indígena vem crescendo significativamente. O intelectual indígena Daniel Munduruku,

que possui uma abundante produção de obras literárias e não literárias, chama a atenção para a infinidade de autores e escritos de autoria indígenas nas mais variadas plataformas de circulação.

Atualmente, existe uma produção que beira uma centena de títulos. São aproximadamente quarenta autores – homens e mulheres – que lançam livros com alguma regularidade. Há centenas de ‘escritores indígenas anônimos’ que mantêm blogs, sites e perfis nas redes sociais. Há entidades indígenas preocupadas em utilizar a escrita como uma arma capaz de reverter situações de conflito, denunciar abusos internos e externos, mostrando que a literatura – seja ela entendida como se achar melhor – é, verdadeiramente, um novo instrumental utilizado pela cultura para atualizar a Memória ancestral (Munduruku, 2012, p. 123).

O que pouco se divulga é que muitas dessas narrativas hoje escritas são oriundas das contações de histórias existentes nas comunidades indígenas, transcritas como forma de alcançar outras gerações e disseminar a história cultural/ancestral desses povos. Séculos antes da primeira publicação da escritora Eliane Potiguara, as tradições orais eram as únicas estratégias na transmissão do conhecimento de uma geração para outra. As lendas, os mitos, as canções, as vivências, as cosmologias e os rituais tradicionais dessas sociedades eram contados, ensinados e praticados, dos mais velhos para os mais jovens, por meio da oralidade, manifestando as memórias ancestrais, na afirmação e conservação dos costumes identitários.

De acordo com Zumthor (1993, p. 43), “o papel do contador de histórias e o continuador das práticas tradicionais de uma comunidade, tem uma função reveladora, um papel educativo e aglutinador das identidades culturais”. A oralidade é um elemento importante que afirma o caráter social da memória e faz com que haja troca de saberes entre indivíduos pertencentes a um grupo, em outras palavras, é um instrumento socializador. Além disso, a performance está intrinsecamente presente nas tradições orais, pois o ato da comunicação requer a presença corporal (Zumthor, 1993). Dessa forma, quando uma tradição é oralizada por uma determinada comunidade, ocorre uma performance, visto que ali está presente um sujeito realizando o ato.

Com o advento da escrita, as práticas orais passaram a ser ainda mais marginalizadas. Enquanto a escrita ocupava uma posição de destaque na sociedade burguesa, as práticas orais, passaram a ser mecanismos utilizados pelos subalternizados, para conservação de suas culturas e difusão de suas produções. Entre os povos originários, mesmo com a diversidade de produções autorias escritas, oralizar suas narrativas é prática comum em muitas comunidades, sendo imprescindíveis no processo de escrita hoje existente. A literatura indígena por herdar e se pautar em aspectos orais, se apresenta como autônoma, descritiva, culturalmente coerente e não necessita da validação e/ou de

seguir os parâmetros definidos pelo tradicional/ocidental. A esse respeito quem melhor explica é Daniel Munduruku:

[...] as principais características que marcam o texto de autoria indígena são as narrativas cosmológicas e de visões de mundo das etnias, a integração entre o ser humano e a natureza como algo uno, a ancestralidade e as simbologias. A escrita é permeada pela oralidade, pela sabedoria dos mais velhos, guardiões da memória e da identidade de seu povo (Munduruku, 2012, p. 79).

Com o intuito de acompanhar as transformações impostas sobre a sociedade e suas nuances e como forma de enfrentamento a colonialidade, os povos indígenas buscaram no exercício da escrita um caminho de diálogo com a sociedade, em especial a sociedade não indígena para disseminação das suas histórias e cosmologias. O exemplo que trago é o de Auritha Tabajara, escritora, poeta, cordelista e contadora de história, a primeira mulher indígena a publicar livros em cordel no Brasil. Oriunda de Ipueiras (CE), convive com a cultura regional do cordel desde muito pequena, em que a avó contava histórias dos seus antepassados em forma de rima, a fim de conservar e emanar o conhecimento para gerações futuras, assim como manter viva a cultura oral de seus ancestrais.

Por ser alfabetizada em casa por sua avó e passar toda a infância escutando narrativas em cordéis escritas por homens, a partir dos 9 anos de idade questionou-se sobre a existência de escritoras mulheres, realizando os primeiros escritos em versos aos 14 anos. Apesar de rascunhar seus escritos desde muito nova, só obteve o privilégio de publicar o primeiro livro em cordel, intitulado *Magistério Indígena em Verso e Poesia* em 2007, no qual conta os desafios enfrentados quando precisou sair da aldeia e ir estudar na cidade grande, e ainda, como os estudos influenciaram positivamente em sua ascensão, enquanto escritora indígena, nordestina e mulher. O escrito foi adotado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará como obra obrigatória nas escolas públicas, o que para a escritora é um avanço significativo para as lutas indígenas, pois visibiliza a literatura produzida por esses povos e a literatura de cordel, gênero ainda pouco abordado nas escolas, apesar de ser Patrimônio Imaterial do Brasil.

Vale ressaltar que a manobra realizada por Auritha Tabajara, de manter viva as tradições da sua cultura e povo a partir da literatura de cordel, funciona como instrumento de resistência e afirmações das lutas de mulheres e indígenas que perduram há séculos. A passos lentos essas subjetividades vem conquistando um lugar como potências criadoras no combate a desnaturalização das imagens estereotipadas e as formas de violência. Além disso, trazer à cena uma personalidade como Auritha, é acreditar ser urgente a implantação dos seus escritos nas escolas públicas e privadas, para que os estudantes conheçam as epistemologias indígenas pelo olhar da resistência, não mais do opressor, percebendo que os povos matriarcais podem ser produtores de conhecimentos e saberes

significativos para a construção do conhecimento, através de abordagens dissonantes da habitual.

3 AURITHA TABAJARA: A VOZ QUE ECOA ANCESTRALIDADE

Auritha Tabajara desde muito pequena vivencia a imposição da cultura ocidental na sua aldeia, localizada no município de Ipuieras – CE. Batizada como Aurilene, em consequência da religião católica inserida nas comunidades indígenas pelo ocidentalismo, assina suas obras com o nome dado pela sua avó Francisca Gomes de Matos: Auritha, que significa pedra de luz. Como já mencionado, ao escutar as contações de histórias oralizadas pela avó, sempre se perguntava o porquê de não ter a presença feminina nas narrativas. Foi este questionamento, que a inseriu como escritora e contadora no universo literário brasileiro. Com uma trajetória permeada pelo discurso dicotômico do apagamento e da resistência, viu na literatura oral e escrita, uma oportunidade de propagar a sabedoria ancestral e transformar o conhecimento inerente a distintos povos, em possibilidades de aprendizado.

No seu percurso profissional a escritora já publicou oito obras, sendo a maior parte delas escritas em cordel. Para Auritha, a inserção do indígena na literatura representa a história de povos que seguem a própria verdade em vez de professar a fé do colonizador. É a história dos e das dissidentes e seres de almas livres; narrativas que conferem uma nova ordem às relações que precisam se reestabelecer com a natureza, com a ancestralidade, com o espírito e outros seres, isto é, observar o viver em suas formas e fazer dessa observação, um dispositivo para o reencantar-se com a experiência de estar vivo, desestabilizando as estruturas cristalizadas, propagadas pelos dispositivos criados pelo Estado com o intuito de apagar as cosmologias originárias.

Assim, trago à tona o questionamento proposto pela estudiosa Edil Costa: “porque publicar?”. Segundo a pesquisadora, a publicação escrita é uma maneira de “registrar os textos da literatura oral e popular da região, documentando o estágio da tradição oral e interpretando os textos como forma de compreender o pensamento, os valores e modos de vida das comunidades tradicionais” (Costa, 2017, p. 27). Tal afirmação confirma a importância da literatura de autoria indígena como prática fundamental para a preservação dos aspectos culturais e identitários desses povos. A escritora indígena Graça Graúna afirma que “[...] a luta dos povos indígenas pelo direito à palavra oral ou escrita configura um processo de (trans)formação e (re)conhecimento para afirmar o desejo de expressão e autonomia [...]” (Graúna, 2013, p. 54).

Apesar da escrita ter sido implantada dentro das sociedades indígenas de forma violenta, esses povos conseguiram ressignificar um ato brutal, em possibilidade de

reproduzir um conhecimento imperceptível diante de tantas versões contadas pelo olhar do colonizador. Auritha Tabajara ao registrar sua sabedoria ancestral quebra paradigmas pela atitude de evidenciar as mulheres indígenas enquanto produtoras de conhecimento, pertencente a um lugar e capazes de ocupar o espaço de direito a qualquer cidadão.

O cordel *Iracema sem chão* é marca forte de representação, no que concerne a sua trajetória de luta e resistência junto ao seu povo, enfatizando o papel da arte nesse percurso. Vejamos:

Sou Auritha Tabajara,
Nascida longe da praia,
Fascinada pelas rimas
E melodia da jandaia.
No Ceará foi à festa
Meu leito foi a floresta
Na companhia de Maia.

Minha essência ancestral
Me encontra cordelizando,
Em amparo faz-me existir,
Ao mundo eu vou contando,
Que minha forma de amar,
Ninguém vai colonizar,
Da arte vou me armando.

Filha da mãe Natureza
Mulher indígena eu sou,
Com a força feminina
Cinco séculos atravessaram,
Cada vez mais sábia e forte,
Seu medo não é morte
Que o preconceito gerou.

Hoje essa mulher levanta
Com letra e voz autoral,
Contra toda violência,
Por um amor ancestral,
De um corpo esvaziado,
Usado sem ser amado,
Na lei do homem normal.

E baseado na bíblia,
O homem veio ditar,
Sua fé diz que é pecado,
O mesmo sexo amar,
E com massacre e doença,
Nossa língua e nossa crença,

Tentaram assassinar.

Essa força feminina,
Traz um sagrado poder,
Pois nascemos da floresta,
E com ela vamos morrer,
É nossa ancestralidade
E nossa diversidade,
Que nos faz sobreviver.

Minha avó é referência,
Desde o tempo de menina,
Até me tornar mulher,
Nas histórias que ela ensina,
Estou pronta para voar,
A minha forma de amar
Raiz que nunca termina.

Fui casada tive filhos,
Quatro para variar,
Vitória Kawenne Cauê,
Ana vem comigo ficar,
Vitória e Cauê morreram,
E para o meu desespero,
Kawenne não sei onde está.

Eu são sou como Iracema,
A de José de Alencar,
Virgem dos lábios de mel,
Sem história pra lembrar,
Trago comigo a memória,
Sou Auritha com história,
Mulher livre para amar.

Sou lésbica, sou indígena,
Resistindo a violência
Nordestina, feminista,
Sou mulher de resistência
Ao regime a dominação,
Vivo a discriminação
Desigualdade e persistência.
(Tabajara *apud* Lira, 2020, On-line¹)

¹ O poder sagrado de Auritha Tabajara. Disponível em: <https://bit.ly/3nBNOVV>. Acesso em: 12 jul. 2023

O cordel exposto mostra a potencialidade da escrita da cordelista e como ela se impõe contra as formas de apagamento impostas pela sociedade formada pelo pensamento eurocêntrico. Seguindo a estrutura própria da Literatura de Cordel, composto por estrofes setilhadas, métricas e rimas, o escrito fornece subsídios pedagógicos para a desconstrução de estereótipos ainda presentes em livros didáticos, os quais representam o indígena como figura subalterna, unificando suas culturas e diversidades.

Produzir cordel ressoa para Auritha um ato de resistência, pois além de ser indígena, é uma mulher nordestina, lésbica, que ao chegar em São Paulo enfrentou todas as formas de preconceito possíveis, encontrando no cordel a forma de ecoar a voz de inúmeras subjetividades que existem, produzem e devem ser vistas. De acordo com Silva (2021), a Literatura de Cordel refere-se não apenas ao gênero literário, mas também a um veículo de comunicação, ofício e meio de sobrevivência para inúmeros sujeitos. Inserido na cultura nacional em fins do século XIX, o cordel é elemento constituinte da diversidade cultural brasileira, com contribuições das culturas africana, indígena, europeia e árabe.

Dessa forma, suas obras literárias foram adotadas como material didático obrigatório em escolas públicas cearenses, dada a amplitude da representatividade de sua escrita na narrativa indígena do tempo presente. Silva (2021) ao discorrer sobre a importância da literatura indígena em sala de aula, afirma que a abordagem da literatura indígena no ambiente pedagógico seria propor uma forma de estimular os alunos a enxergarem o que há por trás dessas produções textuais, não só no que diz respeito ao texto em si, mas com relação às vozes que ele traz consigo. Vozes essas capazes de expressar questões morais, políticas, sociais, econômicas e culturais, as quais possibilitam uma melhor compreensão das distintas realidades nacionais, em especial, de vozes historicamente silenciadas, tais como as vozes indígenas, por exemplo, as quais passaram séculos sob a opressão da colonialidade.

As produções de Auritha Tabajara nos indicam que é mais que necessário a inserção da literatura de autoria indígena nos currículos escolares, visto a riqueza de conhecimento sobre costumes, trajetórias, tradições e culturas. Na tessitura das teias do saber, é concludente a significativa importância da cordelista para a visibilização das mulheres indígenas nos espaços sociais, furando as bolhas construídas pelo sistema genocida, que a partir de manobras como a de Auritha, deixa de ser a única via de tráfego pelo caminho do conhecimento ancestral.

Segundo Auritha, sua escrita em cordel é movida pela rede das tradições ancestrais ensinadas pela sua avó, como já mencionado anteriormente, e que apesar de estruturar seus cordéis com regras e normas próprias do gênero, o processo de criação ocorre livre e naturalmente, o qual se constitui pelas experiências de caráter pessoal e traços biográficos de sua trajetória particular e, ao mesmo tempo, coletiva. Isso porque, traduz nos cordéis

também a voz de muitas mulheres indígenas que passam ou passaram por semelhantes vivências às da escritora.

Além de escritora, Auritha também atua como terapeuta holística em ervas medicinais. Com a prática, reproduz o conhecimento passado por sua tataravó, no tratamento de enfermidades com as ervas e plantas. Na mesma medida, através de suas contações de histórias, a escritora auxilia no processo de manutenção da cultura oral de seus ancestrais, promovendo o grito às produções de saberes e resistências do seu povo. Em entrevista concedida ao site Medium², a cordelista expõe a inspiração que a move no exercício da escrita resistente.

Escrevo para incentivar outras mulheres indígenas a contarem suas próprias histórias, chega dos não-indígenas dizerem o que acham de nós, nossa existência precisa ser registrada, lida e contada por nós mesmos. Acredito que nós, mulheres indígenas, temos a necessidade de crescer dentro e fora da aldeia (Silva, 2021, p. 40).

Posto isto, a educação deve ser pautada na interculturalidade e na emancipação humana, propondo metodologias que valorizem os múltiplos saberes e repertórios culturais. A literatura de cordel indígena neste cenário, proporciona um diálogo com culturas apagadas pelo tradicionalismo pedagógico vigente nas escolas de educação básica brasileiras, traçando caminhos para uma real efetivação da lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígenas nas instituições educacionais, em que o indígena pode contar a sua própria história e a sociedade ouvi-la a partir da voz daqueles que sempre silenciados.

Dessa maneira, acredito ser possível ressignificar as variadas formas de existências, com o intuito de oportunizar a reflexão sobre as diversidades sociais e as múltiplas complexidades, indagações e experiências humanas, culturais e sociais. Segundo Santiago (2010, p. 118), “as instituições educacionais precisam, efetivamente, tornarem-se espaços de potência de formação das pessoas, na coletividade, e não apenas lugares de educação formal”. Ou seja, as práticas escolares devem se pautar em práticas que libertem, humanizem e formem sujeitos conscientes, reflexivos e críticos aos adestramentos, negações e extermínios de nossos corpos.

4 PARÁGRAFOS FINAIS

Desde o século XVI, as alteridades indígenas vêm sendo caracterizadas de forma estereotipada, tendo a sua imagem e corporeidade marcadas pelo discurso

² FIRMINA, G. M. Auritha, a cordelista do povo Tabajara. **Medium**. 2018. Disponível em: <https://medium.com/guiamariafirmina/auritha-a-cordelista-do-povo-tabajara-b403ca8d7a6b>. Acesso em: 17 jun. 2023.

eurocêntrico e patriarcal. Esses povos, permeados pela herança escravocrata, foram retratados de forma desumana, sempre falados por outrem, sujeitados a representações pejorativas que tiravam de si toda a complexidade e peculiaridade que envolve o ser humano.

As produções artísticas, musicais e literárias, potencializadas a partir da contemporaneidade, estão ultrapassando todos os limites da própria literariedade, tradicionalmente convencionada, pois estão fortemente entrelaçadas por um cunho social, étnico, racial e, sobretudo de gênero. Esse avanço permite transcender a submissão dos sujeitos marginalizados em indivíduos que (re)escrevem a sua própria história. Auritha Tabajara, com sua arte, é um desses sujeitos que descontrói e ressignifica o seu papel.

A conquista realizada por mulheres como ela no campo artístico/social é fruto de um longo processo de lutas e reivindicações contra um silenciamento causado por uma sociedade preconceituosa, em que a mulher teve por muito tempo, e ainda tem, por vezes, sua importância diminuída e subjugada. Então, ecoar as vozes dessas identidades é evidenciar suas contribuições nas discussões de questões como feminismo, gênero, raça, literatura, religião, refletindo com isso sobre a arte e a cultura autônoma, cosmológica, que se tece pela desconstrução de estereótipos, de estigmas socioculturais e constrói um novo discurso de forma diferencial, transgressora, que ressignifica a si e seus contextos socioculturais.

Ao representar, no cordel, uma nova e diversa maneira de olhar para si e para o outro, as produções, as tradições orais, as ancestralidades, as performances, reforçam uma forma de se afirmar como sujeito crítico, ativo e resistente, diante de um sistema hegemônico e excludente. Constata-se, assim, que apesar de toda exclusão que recai sobre os indígenas, especialmente as mulheres, da invisibilidade que as cerca, estas têm algo a dizer, são capazes de produzir, lutam por um mundo mais equitativo, falam, cantam, escrevem, contribuindo com um discurso literário inovador, desafiante, revelando que os espaços preteridos à universalidade podem ser ocupados por todas(os), inclusive pelos sujeitos estigmatizados.

Infelizmente a educação brasileira não acompanha o ritmo que as produções indígenas têm alcançado. As discussões propostas por Maria de Fátima Berenice da Cruz (2012), Ana Maria Santiago (2022), Graça Paulino (1999), Daniel Munduruku (2012), dentre tantos outros intelectuais, mostram o quanto ainda precisa ser feito para que tenhamos no Brasil uma pedagogia humanizada, crítica, a qual aborde as produções subalternizadas de maneira significativa, percebendo o estudante como indivíduo produtor de conhecimento. Somente reformas legais não compete a uma transformação no modo tradicionalista de ensino, a problemática deve ser pensada desde a formação do educador, até a escolha dos materiais didáticos utilizados pelos atores escolares, de modo a inserir as narrativas

insurgentes nos processos formativos dos sujeitos.

Diante dessa breve discussão, é importante prestarmos atenção na arte, na cultura, na música, na literatura que consumimos e prestigiar outras leituras, objetivando refletir e combater mecanismos de opressão e subordinação que ainda, cotidianamente, podem ser vistos e sentidos pelos corpos (in)dóceis.

Logo, a expressão de Auritha Tabajara está compromissada com a bandeira feminista e do combate à intolerância religiosa, cultural, linguística, sexual, racial, em que seu engajamento revelam a pluralidade da cultura indígena e nordestina. A artista está a favor de um levante que pretende a busca da identidade da mulher indígena, cuja poética está no desejo de ecoar voz a essa existência. Então, é notório que Auritha ocupar um lugar essencial para afirmação da mulher indígena que luta contra o racismo, a intolerância, toda maneira de violência, delatando com sua arte as inúmeras formas de expressão sobre um povo, uma cultura e uma ancestralidade.

Que a literatura continue sendo intensa; que não deixe de expressar suas vivências; que não deixe que as silencie. A opressão também a trouxe até aqui; Auritha, através das artes faz com que muitas mulheres não se permitam seduzir por imagens que também as reduzem.

REFERÊNCIAS

COSTA, E. S. Edição de textos orais: por que publicar? Como editar?. **Revista Boitatá**, Londrina, v. 12, n. 24, p. 23-39, 2017. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/boitata/article/view/32942>. Acesso em: 16 jul. 2023.

CRUZ, M. F. B. **Leitura Literária na Escola: desafios e perspectivas de um leitor**. Salvador: EDUNEB, 2012.

FOUCAULT, M. **Corpos dóceis**. In: FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis. Vozes, 2001.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro: 1970-1990**. São Paulo: Paulinas, 2012. Coleção Educação em Foco. Série educação, história e cultura.

PAULINO, G. Letramento literário: cânones estéticos e cânones escolares. In: **REUNIÃO DA ANPED, 22**. Anais... 1999.

SANTIAGO, A. R. **Corpos dóceis e insurgentes em poéticas de (re)existências**. In: SOUZA, D. M.; RIBEIRO, J. O. S. (Org.). **Mulheres, Gênero e Raça: interseccionalidades**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, v. 1, p. 88-111.

SANTOS, R. S. Auritha Tabajara, Indígena, Cordelista e Nordestina. Blog: **Escreve Nordeste**, 2020.



Disponível em: <https://alagoasweb.com/auritha-tabajara-indigena-cordelista-e-nordestina/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

SILVA, J. S. Os cordéis de Auritha Tabajara como instrumento pedagógico: versos que ecoam a luta de mulheres indígenas. **Rev. Igarapé**, Porto Velho (RO), v. 14, n. 2, p. 31-45, 2021.

SOUZA, R. Conheça a cearense Auritha Tabajara, primeira mulher indígena a publicar livros em cordel no Brasil. **Diário do Nordeste**, 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/conheca-a-cearense-auritha-tabajara-primeira-mulher-indigena-a-publicar-livros-em-cordel-no-brasil-1.3063460>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz: a "literatura" medieval**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Título em inglês:

**AURITHA TABAJARA'S CORDEL LITERATURE AS AN
ENHANCER OF LEARNING IN THE PEDAGOGICAL
ENVIRONMENT**